ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAARA

Gabinete do Prefeito

Publicado no Mural

EM\_B | 04 | 22

Retirado\_\_\_ /\_\_\_ /\_\_\_

Itaara-RS Ass\_\_\_\_\_\_

CONTRATO N° 33/2022 Inexigibilidade n° 13/2022 Processo n° 402/2022

Contratação de Consultoria e Assessoria jurídica para a prestação de serviços técnicos especializados na esfera do Direito Público Municipal a serem prestados em atendimento ao Gabinete do Prefeito, Procuradoria Geral do Município e Secretarias.

O Município de Itaara, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na Rua Guilherme Kurtz, 1050 – Centro – Itaara/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 01.605.306/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal, <u>Sr. Silvio Weber</u>, CI n.º 6035002119, CPF n.º 531.318.940-91, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, a empresa ZINN ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.765.992/0001-97, estabelecida na Rua do Acampamento, 239, Sala 21, Bairro Centro, em Santa Maria - RS, CEP 97050-001, fone: (55) 30253535,(55)99972-3535,e-mail robsonzinn@gmail.com, neste ato denominada CONTRATADA, representada pelo Sócio Robson Luiz Zinn, CPF: 757.675.030-87, Carteira de Identidade nº 30557816076/SSP/RS, residente e domiciliado em Santa Maria/RS , na Rua Conde de Porto Alegre, 770, Bairro Centro, resolvem celebrar o presente Contrato, sujeitando-se às normas preconizadas no artigo 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e demais legislações pertinentes, cada qual naquilo que couber, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

#### Cláusula Primeira

Do Objeto

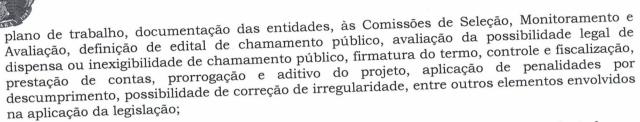
O presente contrato tem por objeto a Contratação de consultoria e assessoria jurídica para a prestação de serviços técnicos especializados na esfera do Direito Público Municipal a serem prestados em atendimento ao Gabinete do Prefeito, Procuradoria Geral do Município e secretarias, para o desempenho das seguintes atividades:

- Representar a prefeitura juridicamente, nos contenciosos administrativos e judiciais, nos assuntos que lhe sejam correlatos nos processos que já se encontram em andamento e naqueles que se originarem dentro do período de contratação; em processos de maior complexibilidade a critério do contratante até o limite de 10 processos em andamento esta demanda se direciona em trabalhar preferencialmente conjuntamente com os advogados que exercem atividades junto ao Município de Itaara - RS;
- 2. Emissão de pareceres jurídicos: orientações e modelos de documentos para contratos e/ou termos para autorização, permissão e concessão de bens e serviços públicos, fiscalização de contratos, reequilíbrio econômico financeiro, reajuste de preços, alteração, rescisão e todos os demais assuntos e hipóteses abordadas na Lei federal nº. 8666/1993 e suas alterações;
- 3. Emissão de pareceres jurídicos: orientações e modelos de documentos para efetivação de repasses de recursos financeiros e subsídios a entidades civis sem fins lucrativos, para o cumprimento da Lei federal nº. 13.019/2014 (estabeleceu o regime jurídico das parcerias com as Organizações da Sociedade Civil), com elaboração de manuais técnicos, minuta de legislação municipal, minutas de documentos e anexos exigidos para cumprimento da legislação, tais como edital de chamamento público; termo de colaboração, fomento e acordo de cooperação; formulário para manifestação de interesse social; "checklist" para conferência de documentos, entre outros que se fizerem necessários;
- 4. Assessoramento para montagem dos processos administrativos: visando a firmatura de parcerias, assessoramento na análise da manifestação de interesse/objeto proposto do projeto,

1

#### ESTADO DO RIO GRANDE DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAARA Gabinete do Prefeito



5. Junto ao Tribunal de Contas do Estado: Pesquisa e acompanhamento diário de todas as publicações e intimações em nome do Município junto ao Diário Oficial Eletrônico em Processos de: Auditorias de Admissões, Auditorias de Atos Derivados de Pessoal, Inativações, Pensões, Denúncias, Inspeções Especiais e Extraordinárias, Contas de Gestão e de Governo, entre outros, com análise e interpretação das publicações e conteúdos dos processos e encaminhamento de informações e orientações para a efetivação das decisões publicadas, em subsídio à Procuradoria/Assessoria Jurídica Municipal e Secretarias Municipais envolvidas; levantamento e análise das irregularidades apontadas pelo Tribunal em exercícios anteriores, com elaboração de Relatório sobre as mesmas, apresentação presencial e orientações à Procuradoria/Assessoria Jurídica Municipal para correções e prevenção a possíveis reincidências; emissão de pareceres jurídicos para o saneamento de irregularidades ou recomendações apontadas pelo Tribunal e Central de Controle Interno Municipal; orientação e assessoramento aos servidores municipais de todas as Secretarias Municipais para levantamento da documentação necessária às correções, complementações, comprovações, esclarecimentos e demais manifestações em todos os processos referidos, em atendimento a todo tipo de intimação do Tribunal e Encaminhamento de subsídios jurídicos à Procuradoria/Assessoria Jurídica Municipal, com posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais para a apresentação de esclarecimentos, comprovações, manifestações, recursos e outras peças processuais necessárias e/ou representação em caso de escolha e decisão do Gestor (através da outorga de instrumento procuratório específico), em todos os processos referidos.

# Cláusula Segunda

Do Preço

O preço ajustado entre as partes contratantes, para a execução dos serviços será de R\$ 3.500,00(Três mil e quinhentos reais) mensais pelo lapso temporal de 12 meses.

## Cláusula Terceira

Do Prazo e Execução

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelas partes por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60(sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

# Cláusula Quarta

Da Prestação dos Serviços

- a) A empresa deverá realizar os serviços de suporte técnico solicitado pela contratante.
- b) A empresa deverá dispor de número telefônico e ou e-mail, para contato imediato da
- c) Informar o contratante sobre qualquer dificuldade, imprevisto ou alteração no objeto da licitação ou data e forma de prestação do serviço, com devida justificativa.

# Cláusula Quinta

Dos recursos orçamentários

As despesas decorrentes deste contrato serão suportadas pela verba orçamentária consignada na seguinte rubrica, vinculada ao empenho n.º\_\_\_\_/2022:

Órgão: 02- Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAARA Gabinete do Prefeito

Atividade: 2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete Do Prefeito

Elemento de Despesa: 3.3.90.35 - Serviços de Consultoria(28)

Despesa desdobrada: 3.3.90.35.01 – Assessoria e Consultoria Técnica ou Juridica(1508)

Fonte de Recurso: 1 - Livre - Administração direta municipal

### Cláusula Sexta

### Das Condições de Pagamento

Será efetuado em 5 (cinco) dias úteis, contados da chegada da nota fiscal na Secretaria de Finanças, com relatório que deverá passar pelo aceite da fiscalização

### Cláusula Sétima

# Das Sanções para o Caso de Inadimplemento

O contratado se sujeita garantida sua prévia defesa, às seguintes sanções:

a) Advertência, sempre que ocorrerem quaisquer irregularidades, para as quais haja concorrido:

b) Multa sobre o valor atualizado do contrato de 10% pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

c) Suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a Prefeitura Municipal de Itaara, pelo prazo de até 02 (dois anos), após Regular Processo Administrativo;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, nos casos de falta grave, apurada através de Regular Processo Administrativo.

### Cláusula Oitava

### Da Inexecução do Contrato

O contratado reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão Administrativa, previstas no art. 77 da Lei de Licitações e Contratos.

### Cláusula Nona

#### Da Rescisão

Este contrato poderá ser rescindido:

a) Por ato unilateral da Administração nos casos dos incisos I ,II, IV, V, VII, VIII, X e XII do Art. 78 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de Junho de 1993.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzindo a termo, desde que haja conveniência para a Administração; e

c) Judicialmente nos termos da legislação.

### Cláusula Décima

# Da Fiscalização do Contrato

Para fins de cumprimento do art. 67, e §§ da Lei 8.666/93, a CONTRATANTE designa a servidora <u>Luciane de Lemos Moraes</u>, para acompanhamento e fiscalização do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados, e o que ultrapassar a competência deverá ser solicitado a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

### Cláusula Décima Primeira

#### Do Foro

Fica eleito o Foro da comarca de Santa Maria para dirimir quaisquer dúvidas oriundas

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, em duas vias de igual deste contrato. teor e forma.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAARA Gabinete do Prefeito

Itaara, 18 de Abril de 2022.

Esta Minuta encontra-se examinada e aprovada por esta Procuradoria.

Em: 20/04/2022.

Tiago Adede Y Castro

Procurador Jurídico OAB/RS 96.782 Matrícula 2398-1 Prefeitura de Itaara/RS

Silvio Weber Street und de ricada RS
Prefeito Municipal Prefeitura de ricada Contratante

ZINN ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Robson Luiz Zinn Contratado